

FORUM

das seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da UNICAMP e DCE da USP

Quarta-feira, 16/6, ato unificado em Campinas

Em defesa da isonomia, pela reabertura das negociações e contra qualquer tipo de repressão aos trabalhadores

Reunido em 8/6, o Fórum das Seis avaliou a conjuntura e o desenrolar da greve dos servidores técnico-administrativos da USP, Unesp e Unicamp. O quadro indica que o movimento é crescente, com grande adesão na USP (Butantã, Ribeirão Preto, Bauru, Piracicaba e São Carlos), na Unesp (já são 13 os *campi* em greve) e na Unicamp (que aprovou a continuidade em assembleia realizada no dia 7/6). No *campus* da Unesp de Marília, os estudantes dos cursos de Pedagogia, Ciências Sociais e Filosofia estão paralisados, em apoio aos servidores e em defesa de suas reivindicações específicas.

A orientação é que as categorias em greve mantenham e ampliem o movimento, como forma de pressionar os reitores a agendarem nova reunião com o Fórum das Seis, a concederem a isonomia (extensão dos 6% de reposição de perdas, dados aos docentes em fevereiro) e a negociarem efetivamente os demais itens da Pauta Unificada 2010.

Nesta quarta-feira, 9/6, pela ma-

nhã, representantes do Sintunesp e da Adunesp reuniram-se com o reitor da Unesp, professor Herman Voorwald. Cobrado pelas entidades, ele disse ser favorável à reabertura das negociações e comprometeu-se a fazer gestão junto aos demais reitores para que isso ocorra.

O Fórum das Seis considera a via da negociação como o caminho indispensável para que as universidades possam voltar ao seu curso normal.

Dinheiro tem!

Em ofício enviado ao Cruesp na semana passada (e não respondido até o momento), o Fórum destacou que, nos últimos 20 anos de data-base, os índices de reajuste salarial negociados sempre foram iguais para docentes e funcionários, da forma como preconizado no acordo de data-base de 1991, assinado entre Cruesp e Fórum das Seis. Também frisou que a arrecadação do ICMS está superando todas as previsões. Ou seja, os reitores não têm qualquer justificativa econômica para rejeitar os 6% aos fun-



cionários, a não ser o desejo de quebrar a isonomia entre os segmentos, fato que será extremamente prejudicial às universidades.

Novo ato em Campinas

Na próxima quarta-feira, 16/6, está marcado novo ato unificado em frente à reitoria da Unicamp, a partir das 12 horas. Vamos mostrar a força do movimento, a indignação dos servidores em greve e a incompreensão do Fórum das Seis diante da recusa do Cruesp de reabrir negociações.

Calendário de atividades

9/6 (quarta-feira) – Ato/debate na USP “*PM no campus nunca mais*”, em referência ao aniversário de um ano da ocupação pela polícia em 2009. Presença de Fábio Konder Comparato, Maria Victoria Benevides, representantes da Adusp, Sintusp, DCE e APG. Às 17 horas, no auditório Adma Jafet (Instituto de Física).

10/6 (quinta-feira) – Audiência pública na Assembleia Legislativa, com o tema “*A crise nas universidades estaduais*”. Convocada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, a audiência está marcada para as 10h, no auditório Franco Montoro.

14/6 (segunda-feira) – Reunião do Fórum das Seis em Campinas. Em ofício enviado ao Cruesp, está sendo solicitada audiência com o reitor Fernando Ferreira Costa para as 10 horas deste dia.

16/6 (quarta-feira) – Ato público unificado na Unicamp, a partir das 12 horas.

Ataque ao direito de greve

Na USP, dentre os milhares de servidores em greve, cerca de mil companheiros tiveram o salário cortado, num incompreensível ataque da reitoria da USP sobre o constitucional direito de greve dos trabalhadores. Diante disso, na terça-feira, os funcionários da USP decidiram ocupar a reitoria, exigindo a abertura de negociação e o pagamento imediato dos salários cortados.

No dia 8/6, representantes do Fórum das Seis contataram o reitor da USP, professor João Grandino Rodas, e solicitaram uma reunião para discutir o corte do ponto. Rodas disse que não se reunirá em separado com o Fórum para este fim e que somente o fará no âmbito do Cruesp. Ele foi instado, mais uma vez, a solicitar que o presidente do Cruesp agende a continuidade das negociações.

Solidariedade

O Sintusp deflagrou uma campanha de solidariedade aos trabalhadores que tiveram o salário descontado. A campanha já conta com a participação de vários professores, que estão doando os 6% concedidos pelo Cruesp.

As contribuições, em qualquer valor, podem ser feitas em conta aberta no Banco do Brasil (Agência 3559-9, CC 42378-5).

Mais verbas para a educação pública

Fórum defende emendas em projeto da LDO 2011

Na tarde do dia 8/6, aconteceu uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) para debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2011. O assunto interessa às universidades estaduais paulistas e ao conjunto da educação pública, pois é nesta lei que se definem os percentuais a serem aplicados em cada setor no ano seguinte.

Representantes do Fórum das Seis participaram da audiência e protocolaram as emendas que reivindicam o aumento de recursos para a educação: 33% das receitas globais do estado para a educação pública paulista, aí incluídos 11,6% do ICMS às universidades estaduais e 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza.

Falando em nome do Fórum das Seis, o professor Francisco Miraglia, da USP, criticou a postura subserviente da maioria dos deputados frente ao governo. “Os princípios republicanos são uma ficção nesta casa, pois o que prevalece aqui é a expressa vontade do governador”, disse. Ele também ressaltou que o Imposto sobre Circulação de Serviços e Mercadorias (ICMS) é bastante injusto, pois tributa pobres e ricos da mesma forma. “Por isso, nada mais justo do que a arrecadação do governo com esse imposto ser revertida às necessidades básicas da população, especialmente em saúde e educação.”

Miraglia finalizou sua intervenção destacando a greve dos servidores



Francisco Miraglia, da USP, fala durante audiência pública na Alesp



das universidades pela isonomia e denunciando a postura intransigente dos reitores.

O que propõe o governo

No projeto de LDO 2011 (nº 401/2010), enviado pelo governo estadual à Assembleia, as universidades aparecem no artigo 4º, com a previsão de repasse de 9,57% da arrecadação do ICMS. Um primeiro problema identificado é a ausência da expressão “no mínimo”, o que abre a possibilidade de que esse percentual não seja respeitado no decorrer de 2011. No § 2º, lê-se que “o Poder Executivo poderá dar continuidade ao programa de expansão do ensino superior público em parceria com as Universidades Estaduais”. Ou seja, novamente o governo deixa aberta a possibilidade de expandir o sistema sem a ampliação de recursos.

Data-base é pra valer! Negociação efetiva!

- Reajustes iguais para servidores técnico-administrativos e docentes, tendo como horizonte os 16% de reposição salarial para todos, além de uma parcela fixa, que objetiva diminuir a relação entre os menores e os maiores salários!
- Não criminalização dos movimentos sociais nas universidades paulistas e no Centro Paula Souza!
 - Permanência estudantil/gratuidade ativa!
 - Mais recursos para a educação pública!